

Congresso aprova diretrizes para orçamento de 1992

Sessão demora mais de seis horas, termina de madrugada e fecha o primeiro semestre

MAURÍCIO CORRÉA

BRASÍLIA — Depois de uma sessão que durou seis horas e meia, o Congresso aprovou na madrugada de ontem o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 1992. Ao decidir pela manutenção do artigo 17 do substitutivo do relator, deputado Messias Gois (PFL-SE), que trata das dotações a Estados e municípios, os congressistas abriram uma brecha que possibilitará a manipulação dos recursos orçamentários de acordo com os interesses políticos do governo. No segundo semestre, o orçamento de 1992 será elaborado com base nessas diretrizes. A sessão foi encerrada à 1 hora. Com a votação, o Congresso entrou em recesso.

Os partidos de oposição tentaram suprimir o artigo 17 por meio de um requerimento de destaque, mas o resultado da votação na Câmara permitiu a manutenção: 191 deputados votaram contra a eliminação do artigo e 102, a favor. A proposta original estabelecia restrições à liberação de recursos para Estados e municípios, principalmente para aqueles que estão em débito com o recolhimento de tributos.

O substitutivo do relator foi aprovado com apenas oito modificações em relação ao parecer original. Às 23h30 de sexta-feira, quando ainda faltavam a votação de 51 requerimentos de destaque dos 112 que foram propostos, a sessão foi interrompida para que os líderes tentassem um acordo.

Ficou definido que a União não poderá destinar recursos orçamentários aos programas de saúde que impliquem controle de natalidade e práticas abortivas. O governo também está autorizado a alocar recursos no orçamento anual para atender as despesas com pessoal e encargos sociais, de acordo com as diretrizes da reforma administrativa. Foi aprovado um destaque de autoria do deputado Moroni Tor-



Luis Antônio/AE

Votação da LDO: concorrência da luta de boxe na TV

gan (PSDB-CE), que conseguiu incluir a área de segurança como prioritária para receber verbas, junto com os setores de saúde, educação, reforma agrária e tecnologia.

A LDO para 1992 autorizou o governo a assumir dívidas decorrentes da implantação do Estado de Tocantins. Foi definido também que ele terá que, a cada dois meses, prestar contas ao Congresso sobre a aplicação do orçamento.

Embora os líderes da oposição tivessem rejeitado o substitutivo do relator Messias Gois, isso não impediu que muitos parlamentares se au-

sentassem do plenário e fossem para a sala do cafezinho, mesmo depois de reiniciada a sessão, para assistir pela TV à luta de boxe entre Mike Tyson e Donovan Ruddock.

Mesmo antes do início da luta, a sala do cafezinho já estava cheia, reunindo congressistas de todas as tendências. O deputado Aloizio Mercadante (PT-SP) ficou sentado no chão ao lado do ex-presidente da UDR, deputado Ronaldo Caaiado (sem partido-GO). Durante a luta, a porta do plenário ficou aberta e muitos congressistas ficaram de costas para a Mesa, mas atentos à TV.